

UE-Brasil x UE-Mercosul

# Relações com blocos econômicos dividem a sociedade brasileira

As relações bilaterais UE-Brasil, que acabam de receber o selo de “parceria estratégica”, impulsionam ou comprometem o processo de integração regional e as relações birregionais UE-Mercosul?

TEXT: ANDREA RIBEIRO HOFFMANN\*

**E**m julho de 2007, a União Européia (UE) lançou uma “parceria estratégica” com o Brasil. A iniciativa foi anunciada durante a primeira cúpula UE-Brasil, realizada na cidade de Lisboa, capital do país ocupando a presidência europeia. Benita Ferrero-Waldner, comissária para Relações Externas e Política de Vizinhança da Comissão Européia, destacou, em seu discurso durante a cúpula, o papel da nova parceria estratégica para impulsionar o processo de integração no âmbito do Mercosul, assim como as relações birregionais, dado que as negociações do Acordo Quadro União Européia-Mercosul encontram-se estagnadas: “I also believe that by activating dialogue we will support the conclusion of an EU-Mercosur Agreement” (SPEECH/07/462, 04/07/2007). A UE define, portanto, a iniciativa bilateral como complementar às iniciativas multilaterais e regionais das quais ambos parceiros fazem parte.

Frente a este “otimismo” em relação ao significado da parceria estratégica para a integração regional na América do Sul, cabem duas indagações; primeiramente, se no Brasil as relações bilaterais (UE-Brasil) e regionais (UE-Mercosul) também são vistas como complementares. A integração regional sul-americana e a escolha de parceiros prioritários no âmbito global passa, atualmente, por um dos mais altos graus de politização já vistos na sociedade brasileira. Diferentes partidos e grupos de interesse defendem modelos diversos de Mercosul, onde os principais eixos de divergência são a ênfase em aspectos

comerciais (“Mercosul fenício”) ou aspectos sociais (“Mercosul social”), e o alargamento do bloco, com destaque para o caso da Venezuela. Da mesma forma, há uma polarização entre os que defendem uma aproximação maior aos países desenvolvidos (seja a UE ou os EUA) ou países emergentes (principalmente a China, Índia e África do Sul). Apesar da posição aparentemente favorável do atual governo brasileiro às duas frentes das relações com a UE, bilateral e regional, deve-se notar que os grupos da sociedade que defendem a aprofundamento das relações com a UE, nem sempre são os mesmos que defendem o atual modelo de Mercosul.

Há ainda uma segunda indagação, que se refere aos efeitos da parceria estratégica UE-Brasil sobre os outros países sul-americanos. Da mesma forma que a sociedade brasileira, o espaço político sul-americano encontra-se polarizado entre os integracionistas

„bolivarianos”, e os integracionistas nos moldes do „antigo” Mercosul, que prioriza a integração comercial, e que vê o bloco como um instrumento de inserção, majoritariamente comercial, internacional. O eixo da polarização perpassa as fronteiras nacionais, tal como brevemente visto no caso do Brasil. No entanto, e parece que aqui se encontra o maior desafio para a nova política da UE, o efeito do anúncio da parceria estratégica corre o risco de estar contribuindo para um movimento de aproximação entre, principalmente Argentina e Venezuela, contra a „potência regional” favorecida pela UE. Em outras palavras, ainda que, no discurso oficial, a parceria estratégica UE-Brasil não deva ser interpretada como a bilateralização entre as relações UE - América do Sul, esta tem sido a percepção de diversos países. E, neste caso, pode comprometer o processo de integração regional e as relações birregionais UE-Mercosul, ao invés de impulsioná-las. ■



Presidente Lula na cúpula de Lisboa

\* Andrea Ribeiro Hoffmann é professora e pesquisadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Católica do Rio de Janeiro.